



MULHER INVISÍVEL: AUSÊNCIA DE SERTANEJAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA TRADICIONAL

Ivânia Nunes Machado Rocha – ivanianunes@hotmail.com
Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão, Sergipe, Brasil;
<https://orcid.org/0000-0003-4797-1771>

RESUMO: Esse texto versa sobre a ausência ou pouca notoriedade de mulheres na historiografia tradicional brasileira. Ao mesmo tempo, traz discussões acerca de algumas inserções importantes de mulheres na nova historiografia, a partir da década de 1970. Há também a exposição da ausência de sertanejas entre as produções dos historiadores clássicos e, ao mesmo tempo, faz-se uma apresentação de pesquisas recentes sobre as sertanejas de diversas partes do Nordeste, buscando contemplar personagens outrora invisibilizadas e negligenciadas pela história tradicional do Brasil. A discussão teórica é amparada em estudos da crítica historiográfica, história, história das mulheres e estudos culturais. O formato de apresentação do texto é um itinerário, que começa com a apresentação do assunto e segue, não de modo linear, mas com idas e vindas no acervo de teóricos, comparando-os e apresentando reflexões em torno de suas produções para, em seguida, fazer uma inserção em produções de autores que trazem sertanejas como protagonistas de suas pesquisas, reiterando a importância de se documentar sobre outras histórias de diferentes personagens. A intenção é denunciar a parcialidade da historiografia tradicional brasileira e, ao mesmo tempo, oferecer possibilidades de contar novas histórias a partir de outros pontos de vista, como o de sertanejas. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, voltada para a presença/ausência de mulheres em geral e de sertanejas nas páginas de autores da historiografia brasileira. Por fim, é reforçada a importância de se evidenciar e valorizar novos olhares sobre a historiografia, que favoreçam a diversidade de personagens.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Historiografia; Sertanejas.

1 PRIMEIROS PASSOS: HÁ MULHERES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA?

Neste artigo, procura-se discutir a ausência perceptível de mulheres em geral e de sertanejas em particular na historiografia brasileira, de forma acentuada até os anos 1970; e sua presença, de modo incipiente a partir desse período, com tentativas pontuais e algumas mais efetivas ao longo do tempo. Para tanto, é apresentado um estudo de alguns teóricos da crítica historiográfica, como Malerba (2002) e Lima (2014); historiadores, como Margareth Rago (1999) e Sérgio Buarque de Holanda (1995); e, evidentemente, autoras que lidam diretamente com a história das mulheres, tais como Michelle Perrot (2017), Mary del Priore (2018) e Carla Bassanezi Pinsky e Joana Pedro (2013). Além disso, são trazidos exemplos de autores contemporâneos que fizeram um esforço no sentido de trazer mulheres sertanejas ao centro das discussões, através de pesquisas cuja temática gira em torno de tais personagens da história brasileira, como Ivânia Rocha (2016) e Marcos Ribeiro (2012).

A metodologia empregada foi a revisão de literatura pertinente, buscando a presença de mulheres e/ou de sertanejas nas obras e, ao mesmo tempo, a análise e reflexão da presença ou ausência de personagens também importantes na construção da história do Brasil. O objetivo de realizar estudo nesse

âmbito foi trazer ao centro do debate personagens imprescindíveis que foram desconsideradas pela história durante muito tempo, sendo relegadas à marginalidade; ao mesmo tempo, pretende-se reconhecer as lacunas deixadas por narrativas do ponto de vista do homem branco, que contribuíram para perpetuar valores patriarcais na sociedade brasileira.

Este trabalho está organizado em itinerários, sendo que nos primeiros passos, que é a parte introdutória, estão as diretrizes do artigo, como temática, objetivo, metodologia e justificativa; na segunda parte, que são os caminhos já trilhados, procura-se demonstrar a ausência de sertanejas e mesmo de mulheres na historiografia brasileira; na terceira etapa, a autora faz uma abordagem em torno de produções que destacam a efetiva participação de sertanejas na sociedade, valorizando essas pessoas como sujeitos históricos, contrariando a tendência da historiografia brasileira tradicional de até início do século XX. Por fim, a autora termina a caminhada retomando as ideias principais do texto e reafirmando a importância de se explorar outras histórias de outros personagens, de modo que não se incorra no equívoco de uma história única.

A historiografia brasileira traz, em suas narrativas, via de regra, a história do homem branco, heterossexual e ocidental, com raras exceções. A própria crítica historiográfica é tímida e limitada, como discute Malerba (2002) em artigo oriundo de ampla pesquisa sobre o papel da crítica historiográfica no Brasil, embora nesse texto o autor não apresente resultados referentes a produções sobre mulheres, negros, trabalhadores e outras categorias consideradas marginalizadas (a pesquisa estava em andamento, na época da publicação do referido texto). Ademais, o estudo de minorias só começa a aparecer na historiografia brasileira a partir da década de 1970, de acordo com Margareth Rago (1999).

Ao longo de séculos, desde o processo de colonização, a história brasileira vem sendo escrita: cartas de viajantes, relatos de aventureiros, religiosos, produções de pesquisadores, botânicos, pintores, artistas e curiosos de toda a sorte vêm, a seu modo e dentro de suas possibilidades e limitações, tentando dar forma a essa pluralidade de povos, costumes, línguas, vegetações, climas e, conseqüentemente, aos processos sociais, históricos e culturais fomentados por esse caldeirão cultural.

Há os relatos de caráter informativo, dando conta do potencial exploratório do “novo mundo”, tais como a Carta de Caminha, assim como produções diversas que demonstram o estranhamento do europeu com os primeiros povos do Brasil, em destaque as missivas religiosas e de aventureiros, tais como a de Pero de Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Sousa e Vicente de Salvador. Ainda, com destaque ao lado aventureiro e curioso dos escritos nos primórdios da colonização, destacam-se as produções dos franceses André Thevet e Jean de Léry, carregadas de estranhamento.

Quem também se aventurou pelos caminhos historiográficos brasileiros, como explicita Lima (2014), foram os ingleses Robert Southey, Andrew Grant e James Henderson que, além de interesses de assinatura de tratados de aliança comercial e amizade, debruçaram-se também sobre a natureza, a cultura,

o cotidiano das cidades e a história do país. Entretanto, os dois primeiros nem chegaram a visitar o Brasil, escrevendo suas histórias a partir de outras histórias e relatos anteriores.

Vários historiadores produziram seus escritos antes dos ingleses e uma infinidade de outros vieram após estes. Não é nosso objetivo repassar toda a produção historiográfica, desde a época do Brasil Colônia até a atualidade. Entretanto, é importante observar como os historiadores, via de regra, eram *historiadores* e não *historiadoras*. Não é à toa que as mulheres não aparecem, normalmente, nas histórias contadas por esses sujeitos e, quando aparecem, de modo genérico e preconceituoso, respeitando-se os valores e concepções da época.

A respeito da invisibilidade da mulher na história, a historiadora francesa Michelle Perrot traz algumas hipóteses pelas quais a mulher ficou invisível durante muito tempo. Diz a autora:

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. (PERROT, 2017, p. 16-17).

E, mais adiante:

Porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: o *silêncio das fontes*. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse.

[...]

Mas o *silêncio mais profundo é o do relato*. O relato da história constituído pelos primeiros historiadores gregos ou romanos diz respeito ao espaço público: as guerras, os reinados, os homens “ilustres”, ou então os “homens públicos”. O mesmo ocorre com as crônicas medievais e as vidas de santos: fala-se mais de santos do que de santas. Além disso, os santos agem, evangelizam, viajam. As mulheres preservam suas virgindades e rezam. Ou alcançam a glória do martírio, que é uma honra suntuosa. (PERROT, 2017, p. 17-18, grifos da autora).

De acordo com Perrot (2017), somente a partir dos séculos XVIII e XIX é que a mulher começa a aparecer na história, mas de modo tímido e, muitas vezes, com conotação negativa. No Brasil, por outro lado, apenas a partir da década de 1970, e nas posteriores, sujeitos considerados marginalizados, como trabalhadores, negros, mulheres e outras minorias, como membros das comunidades LGBTQs começam a aparecer nas narrativas historiográficas brasileiras, com alguns anos de atraso em relação à Europa. Assim, pode-se destacar as produções de Mary del Priore, Margareth Rago, Carla Bassanezi Pinsky e Joana Pedro, dentre outras autoras e autores que se debruçaram sobre a história das mulheres no Brasil. A esse respeito, afirma Margareth Rago (1999, p. 74):

O desenvolvimento de diferentes áreas de estudo e a sofisticação das pesquisas elaboradas tornam complexa a tarefa de mapear as diversas tendências históricas que se entrecruzam no País, marcadas por uma grande variedade e riqueza, desde então. Das questões femininas e do gênero à masculinidade, da sexualidade às relações raciais, da história do público ao privado, da ciência à religiosidade e à magia, da cultura erudita à cultura popular e à mídia, da história social à história cultural, assistimos a uma crescente produção acadêmica, criativa, instigante e polêmica, nas últimas décadas.

Evidentemente, no Brasil, novos horizontes se abrem a partir da década de 70, trazendo para o centro das discussões sujeitos outrora marginalizados e esquecidos, suplantados pela supremacia do homem ocidental, branco e heterossexual que conta a história a partir de sua perspectiva. Assim, ainda de acordo com Rago (1999), nasce uma história que tende mais para o eixo cultural do que o social, já que o marxismo não dá conta de responder a novas questões que surgem, nos meandros das relações entre sujeitos, que extrapolam a luta de classes.

Para Michelle Perrot (2017), a história das mulheres é algo muito recente no mundo, tendo surgido na Grã-Bretanha e Estados Unidos nos anos 1960 e na França dez anos depois. A inter-relação de vários fatores contribuíram para o aparecimento do elemento “mulher” na historiografia: questões científicas, sociológicas e políticas despertaram o interesse neste sujeito nas ciências humanas, mais especificamente na história.

No Brasil, destacam-se as produções de Mary del Priore (2018), com a obra *História das mulheres no Brasil*, já na sua 10ª edição; e Carla Bassanezi Pinsky e Joana Pedro (2013), com o livro *Nova história das mulheres no Brasil*, sendo que esta publicação é posterior àquela. As duas trazem coletâneas de textos sobre mulheres no Brasil, o contexto privado, as sertanejas, as relações de trabalho, mulheres na política etc. A respeito das produções historiográficas brasileiras sobre mulheres, sabe-se que:

No Brasil, as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres tiveram início na década de 1980 e foram muito marcadas pela preocupação com a dialética da dominação versus opressão, dando pouco ou nenhum destaque às múltiplas formas de resistência que as mulheres elaboraram ao longo do tempo para fugir à dominação masculina. Várias historiadoras alertaram para este fato: Silva Dias, Del Piore, Soihet, Algrantí, entre outras. (SILVA, 2018, p. 227).

Assim, a história de mulheres ainda está sendo feita, em constante construção. Às vezes, com destaque aos sofrimentos, sanções e restrições impostas a elas, como exemplificou Silva, acima. Se escrever sobre todas as mulheres brasileiras ou mulheres em geral é algo recente, o que dizer de parcelas de pessoas do gênero feminino, situadas em lugares distantes do litoral, nos interiores desse imenso país, em locais remotos e pouco povoados — os desertões, ou sertões?

2 CAMINHOS TRILHADOS: AUSÊNCIA DE SERTANEJAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A mulher brasileira só aparece na historiografia há pouco tempo. As sertanejas, em geral, aparecem muito pouco. Apenas um dos 20 capítulos do livro organizado por Mary del Priore, *História das mulheres no Brasil* (2018) traz a história de sertanejas do estado do Piauí. Algumas produções muito recentes, a maioria oriundas de pesquisas de pós-graduação, outras de estudos individuais começam a explorar mais o universo de mulheres dos sertões brasileiros.

A tríade de obras mais famosa da historiografia brasileira, cujos autores ousaram adentrar, em seus textos, os rincões do país, ultrapassando os limites da historiografia tradicional vigente, embora retomassem alguns historiadores pregressos, não trouxe o lado das mulheres da história, muito menos das sertanejas. *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & Senzala* e *Formação do Brasil contemporâneo*, surgiram na década de 1930 até o início da década seguinte e até hoje servem de referência para os estudos do Brasil sobre sua história, origem e formação.

A primeira, publicada em 1936, por Sérgio Buarque de Holanda, tem caráter ensaístico e provoca o leitor a refletir sobre as contradições nas quais o Brasil se formou e teve a sua história forjada. Não se restringe ao litoral ou às questões da vida pública e, além disso, ultrapassa as fronteiras nacionais, estabelecendo comparações entre a colonização portuguesa e a espanhola. Faz críticas ao colonizador e ressalta vários contrastes presentes no processo de formação do Brasil. É um livro com 7 capítulos e apenas no terceiro há menção a mulheres, mas como propriedade do homem:

Nesse ambiente [organização patriarcal rural], o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania. Não são raros os casos como o de um Bernardo Vieira de Melo, que, suspeitando a nora de adultério, condena-a à morte em conselho de família e manda executar a sentença, sem que a Justiça dê um único passo no sentido de impedir o homicídio ou castigar o culpado, a despeito de toda a publicidade que deu ao fato o próprio criminoso.

[...]

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. (HOLANDA, 1995, p.82).

Nesse capítulo o autor trata das heranças rurais, ou seja, da influência do patriarcado rural sobre as famílias, cujas mulheres estavam sujeitas às leis dos senhores, que eram considerados os chefes de família e mandavam e desmandavam em todos os demais familiares. Na época da publicação de *Raízes do*

Brasil, as mulheres já empreendiam lutas pelo direito de votar, dentre outros direitos e, mesmo assim, a invisibilidade da mulher nesta obra é gritante.

A segunda obra da tríade, de Gilberto Freyre, considerado o historiador da cultura, adentra o universo das fazendas de Pernambuco e traz muitos aspectos voltados à cultura do povo brasileiro, o que a diferencia das outras duas, embora também, assim como *Raízes do Brasil*, seja uma obra ensaística. Nesse livro, *Casa-grande & senzala* (1933), Freyre desenvolve sua teoria de formação do povo brasileiro em 5 capítulos, entre os quais trata da formação das famílias, da sexualidade, do papel do negro e da miscigenação. Nesse sentido, as mulheres aparecem, como necessárias à procriação e partícipes diretas no processo de mistura das raças, embora seja de forma extremamente preconceituosa e pejorativa, resguardando o fato de Freyre ser um homem de seu tempo, no qual estava fortemente arraigado o machismo e patriarcalismo como formas de dominação.

Na passagem seguinte, pode-se observar a descrição de mulheres indígenas por Freyre:

Que estas tinham também os olhos e os cabelos pretos, o corpo pardo pintado de vermelho, e, tanto quanto as nereidas mouriscas, eram doidas por um banho de rio onde se refrescassem sua ardente nudez e por um pente para pentear o cabelo. Além do que, eram gordas como as mouras. Apenas menos ariscas: por qualquer bugiganga ou caco de espelho estavam se entregando, de pernas abertas, aos “caraíbas” gulosos de mulheres (2006, p.71).

Freyre é, sem dúvida, um intelectual que deixa um legado sobre a história do Brasil, sobretudo no que diz respeito aos aspectos sociais e culturais. Entretanto, reproduz estereótipos e preconceitos correntes à sua época. Trabalha a partir de fontes diversificadas e heterodoxas, incluindo relatos, cartas, notícias e outras não ortodoxas, como recomendava a historiografia tradicional em voga no período. O sociólogo faz um trabalho excepcional com a linguagem, em sua construção da narrativa, mesclando com opiniões — trata-se de um sujeito posicionado, aos moldes dos recentes Estudos Culturais, embora essa vertente ainda não fosse reconhecida.

Ao lado do trabalho esmerado com a linguagem, percebe-se o viés por trás do autor — o olhar da casa-grande, e não da senzala ou das classes populares. E também o olhar do homem branco, heterossexual e de classe abastada: “Os portugueses [...] vieram defrontar-se na América [...] com uma das populações mais rasteiras do continente” (2006, p.158). Portanto, não é de se estranhar que alguns de seus posicionamentos sejam eivados de preconceitos.

No tocante às mulheres, traz as questões de negras, observando as relações abusivas do homem branco em relação às escravas. Isto já é alguma coisa em que se pensar, uma vez que outros autores não se aventuravam por esses caminhos, embora não apareça nenhuma forma de resistência dessas mulheres, muito menos de protagonismo. Ademais, aborda a questão das indígenas de uma forma lamentável, declarando que elas eram oferecidas:

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (2006, p.161).

Esse trecho é um dos poucos nos quais Freyre trata das mulheres dos primeiros povos. A sua abordagem mais extensa é sobre os negros; os índios aparecem em abordagens mais superficiais e problemáticas, como vimos. Ademais, explora a questão de mulheres negras tidas como feiticeiras, cujos conhecimentos foram assimilados pelas europeias.

Com exceção dos problemas mencionados, Freyre, em *Casa-grande & senzala* procura trabalhar no sentido da construção de uma identidade nacional, assim como Holanda em *Raízes do Brasil*. Aquele aborda o amolecimento da linguagem nacional como uma contribuição africana à cultura brasileira — o ato de dobrar as sílabas seria uma herança dos negros trazidos da África e mantidos como escravos e teria sido uma construção realizada nos confins da vida privada (aliás, essa é uma grande inovação freyriana), quando da participação de negras na criação dos filhos de brancos (mucamas negras).

As mucamas negras também exerceram, de acordo com Freyre, influência na linguagem, através da oralidade — sobretudo da contação de histórias. Quanto às mulheres das classes mais altas, eram-lhes impostas uniões matrimoniais muito cedo, de modo que se tornavam mães sem qualquer preparo, cujo fardo da maternidade acabava recaindo também sobre as negras.

Os meninos deveriam ser iniciados sexualmente, enquanto as meninas deveriam permanecer virgens até o casamento. O sexo também era imposto aos negros, homens e mulheres. Para estas, não valia a regra da virgindade, e o homem branco europeu abusava sexualmente de negras.

Assim, fazendo uma leitura decolonial¹, pode-se afirmar que há, na obra de Freyre, um apagamento da mulher ou, quando esta aparece, é em posição inferiorizada. Percebe-se claramente o privilégio do homem, branco e de classes mais abastadas, o que não era exclusividade do autor, já que esses problemas também são perceptíveis na literatura da época, se prestarmos atenção em personagens como Capitu, Rita Baiana, Marcela, Virgília, Iracema e Lucíola², dentre outras.

¹ A perspectiva decolonial ou descolonial é uma abordagem abrangente e plural, a qual acolhe diversos pensamentos e pontos de vista diferentes, em vez do olhar unilateral do colonizador.

² As 4 primeiras personagens são alocadas no Realismo brasileiro, sendo Rita Baiana personagem do livro *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. As outras três são criações de Machado de Assis – Capitu do romance *Dom Casimiro* e as restantes de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. As duas últimas, Iracema e Lucíola são personagens de romances românticos homônimos do escritor José de Alencar. Em todos os livros citados, observa-se a condição subalterna da mulher. Lembrando que esta literatura é do período colonial/início da Era Nacional, coincidindo com a época sobre a qual Freyre escreveu.

É importante ressaltar que tanto Freyre quanto Holanda escrevem na década de 1930, mas a respeito do Brasil colonial. Nesse sentido, ambos autores já trazem certa crítica, bem como sua teoria é embasada em produções anteriores, trazendo, de certa forma, reinterpretações.

Finalmente, a terceira obra, *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior, que completa a trilogia dos anos 1930, sobre o processo de formação do Brasil, é uma obra dividida em 3 partes que, por sua vez, se subdividem em 16 capítulos, nos quais o autor trata do Brasil colônia em vários aspectos, sobretudo no quesito econômico.

É uma obra com método rigoroso e metodologia bem delimitada, fruto da ligação do autor com a universidade. Traz também bem delineada a relação entre teoria e prática, o que pode ser comparado à própria postura do autor, que foi muito coerente, tanto no que concerne à sua produção intelectual, quanto à sua militância política.

Assim como os seus predecessores da tríade, Prado Júnior procurou o sentido da colonização do Brasil e buscou a produção de uma história completa, que pudesse dar conta das idiosincrasias do País. Nesse sentido, tentou captar as tensões da transição entre império e república. Ainda análogo aos dois autores, traz algumas passagens preconceituosas, sobre a malemolência de negros e índios, a selvageria de todos, o desenfreamento da sexualidade. Por outro lado, concebe a exploração do trabalho escravo como algo deplorável, embora seja o eixo para explicar a colonização, tal como se deu.

A respeito da mulher, traz muito pouco no decorrer da extensa obra. Como nos outros dois livros, neste o autor também ultrapassa os limites do litoral, adentrando os interiores do país e os sertões nordestinos. Apesar de ampliar os horizontes, abarcando lugares e sujeitos outrora relegados à marginalização pela historiografia tradicional, ainda não traz as mulheres brasileiras em geral, tampouco as sertanejas. Em trecho que faz crítica ao sistema escravista, coloca:

Nada mais se queria dele, e nada mais se pediu e obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A “animalidade” do homem, não a sua “humanidade”. (PRADO JR., 2011, p. 289).

É perceptível a crítica aí também ao modo como as mulheres negras eram tratadas, mas como os demais autores de sua época, não houve tentativa de registrar formas de resistências, mas apenas as condições de degradação a que muitas estavam submetidas e, mesmo assim, de passagem. Assim como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. também ressalta o papel do patriarcado como modelador das relações familiares e sociais e até mesmo econômicas do Brasil, ressoando do interior para a capital e da zona rural para a urbana:

O clã patriarcal, na forma em que se apresenta, é algo de específico de nossa organização. É do regime econômico que ele brota, deste grande domínio que absorve a maior parcela da produção e da riqueza coloniais. Em torno daqueles que a possuem e senhoreiam, o proprietário e sua família, vem agrupar-se a população: uma parte por destino natural e inelutável, os escravos; a outra, pela atração que exerce o único centro existente, real e efetivo, de poder e riqueza. O domínio é vasto, o que nele se passa dificilmente ultrapassará seus limites. Fica por isso inteiramente na alçada no proprietário; esta até vai além, e se estende sobre a população vizinha que gira na órbita do domínio próximo. (PRADO JR., 2011, p. 304-305).

E, mais adiante, o autor afirma que os domínios patriarcais alcançam a igreja e, de certa forma, até a política, através dos conchavos entre proprietários rurais e políticos das cidades. O patriarcalismo pode explicar, em grande medida, a invisibilidade das mulheres, de classes altas ou baixas, escravas ou forras, moradoras das cidades ou sertanejas. Assim, é que as mulheres sertanejas continuam invisíveis pelas lentes da tríade de historiadores mais conhecida dos anos 1930.

3 NOVOS CAMINHOS: HÁ SERTANEJAS CONTADAS, SIM!

Na esteira das novas produções oriundas dos Estudos Culturais, em que, na maioria das vezes, o método é heterogêneo e o sujeito posicionado em que mulheres estão escrevendo sobre mulheres; negros estão produzindo textos sobre si; sertanejas/os escrevem sobre suas experiências; ou seja, o lugar de fala é garantido, mesmo quando o sujeito não escreve sobre si, mas se declara, deixando claro de onde, de que lugar, de que posição estão falando, conforme Djamilia Ribeiro (2017), estão surgindo, paulatinamente, produções sobre mulheres de várias procedências, inclusive escritos sobre sertanejas de várias partes do Nordeste. Mencionamos o artigo “Mulheres do sertão nordestino”, publicado em livro organizado por Mary del Priore, no qual a autora, Mirian Knox Falci, traça um painel de sertanejas do Piauí, englobando a vida cotidiana e os feitos de mulheres ricas e pobres, brancas e negras, cidadinas e roceiras — enfim, lança um olhar sobre sujeitos que foram largamente esquecidos pela historiografia tradicional.

Nesse mesmo caminho, segue o livro *Mulheres e poder no Alto Sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeira (1901 A 1927)* — obra atual, cujo autor, Marcos Profeta Ribeiro (2012) é um historiador que se voltou, nesse trabalho, à pesquisa sobre a vida de uma mulher sertaneja, em suas idas e vindas dentro e fora de casa, estabelecendo uma rede de sociabilidade e quebrando padrões vigentes à sua época.

Trata-se de uma obra historiográfica que parte da análise de uma vida particular para pensar o sertão de Caetité de um modo mais geral. O auto uma breve apresentação do local onde se passa a história — a cidade de Caetité, localizada no Sudoeste do estado da Bahia, analisa as missivas trocadas entre as personagens femininas da Família Teixeira e sua rede de relações, bem como os hiatos nesse processo de

troca, observando que tanto os meios de transporte quanto os de comunicação eram extremamente precários no início do século XX.

O pesquisador trata da educação das mulheres no Alto Sertão baiano, com destaque para Celsina Teixeira; Marcos Ribeiro adentra o universo das ações e percepções da personagem principal, Celsina; e o autor procura interpretar as lacunas e não ditos das correspondências enviadas e recebidas pela personagem.

Celsina é uma mulher de origem rica, filha do Coronel Deocleciano Pires Teixeira e de Ana Spínola Teixeira; irmã do famoso educador Anísio Teixeira e, mais tarde, fora casada com o farmacêutico José Antônio Gomes Ladeia, neto do Barão de Caetité, que faleceu em 1926. Celsina e Juca (como era conhecido seu marido) tiveram um único filho, Edvaldo Teixeira Ladeia, morto em 1945.

A trajetória de Celsina, de acordo com o autor, não foi muito diferente daquelas mulheres de sua classe social. Nesse sentido, o historiador quer esclarecer que a diferença está no modo de contar os fatos acontecidos. Assim, o foco do seu minucioso trabalho de pesquisa está em buscar em cartas, livros de inventários e de receita e despesa, bem como em outros documentos oficiais e jornais do início do século XX pistas que possam demonstrar a atuação de Celsina para além do que era esperado para uma mulher naquela época.

No tocante à metodologia, o autor inclui também o acesso a obras de outros historiadores e pesquisadores, tanto no que diz respeito ao Alto Sertão da Bahia, quanto a trajetória da família Teixeira e de outras famílias do início do século XX, bem como pesquisas sobre gênero e mulheres (Rago, Louro), o ato de escrever (Certeau e Foucault).

O pesquisador procura evidenciar a participação ativa de Celsina e suas irmãs nos processos de decisão envolvendo suas vidas e de seus familiares. Desde muito cedo, as mulheres da família Teixeira eram convocadas a ajudar na criação e educação dos irmãos mais novos e também estavam sempre às voltas com a sua mãe, Ana Spínola, que tratava de orientar, tanto com palavras como com exemplos práticos, sobre a importância de gerenciar o lar, incluindo a administração de empregados, produtos, receitas e despesas. Por um lado, observa-se a presença marcante do trabalho reprodutivo, voltado para as tarefas domésticas; por outro lado, há a presença, embora incipiente, de atividades voltadas para a produção, como aquelas referentes à economia doméstica e à própria educação dos irmãos menores, que oportunizavam o ensinamento de assuntos diversos e menos rígidos.

Celsina, além de ajudar na educação dos irmãos e ser treinada para administrar uma casa, seus empregados e finanças, tinha um relacionamento para além das paredes do lar, já que suas correspondências comprovam o seu entendimento sobre o clima da região, a necessidade de tomar providências e se antecipar às estiagens e ao período das chuvas. Além disso, há muitos indícios de negociações de gado e produtos, conhecimentos sobre preços, carestia; resolução de problemas e decisões

quanto aos negócios dela e do marido, o que se intensificou durante a doença deste (1916 a 1926) e se consolidou com a morte de Juca, em 1926.

Mesmo antes de se casar, Celsina foi a Salvador, onde passou um ano e teve a oportunidade de observar outra cultura, outros modos de vida. Após o casamento, deslocava-se constantemente entre a casa da cidade e as fazendas que administrava junto com o marido. Como este viajasse para fazer negócios e ela ficava em casa, houve muitas trocas de correspondências entre ambos, o que ofereceu vasto material de pesquisa, já que nessas missivas foi possível observar a dinâmica dos acontecimentos da família e seus negócios, bem como as relações estabelecidas com outros membros da família e da comunidade, envolvendo membros da igreja, comerciantes de gado, vendedores, viajantes, vizinhos e políticos.

Assim, as responsabilidades de Celsina fora da esfera doméstica aumentaram com as suas viagens, o casamento, a posterior doença do marido e consequente morte. Além disso, ela fundou a *Associação de Senhoras da Caridade* do município de Caetité, onde desenvolvia trabalho social voltado para atender às necessidades de pessoas necessitadas e dava vazão à sua religiosidade e ao desejo de servir ao próximo.

O autor reproduz inúmeras cartas no decorrer da obra, além de outros documentos para comprovar a sua hipótese de que a participação feminina nos negócios e decisões era maior do que se acreditava, até então. Traz também algumas fotografias, embora não as explore muito. Pode-se perceber, entretanto, que Celsina era uma mulher bonita, além de rica, e provavelmente deve ter tido muitos admiradores, o que poderia ter aberto à jovem várias possibilidades de casamento, além da provável aliança pretendida pelos pais.

Outro aspecto negligenciado pelo autor foi o fato de Celsina só vir a contrair matrimônio após os 20 anos de idade, o que era incomum para a época, já que as jovens eram levadas a se casar por volta dos 15 anos ou até antes, assim que chegavam à puberdade. Nesse sentido, a postergação pode ter sido ocasionada pela não aceitação de um casamento arranjado que não agradava à noiva. A aliança com Juca, neto do Barão de Caetité, foi conveniente para a família de Celsina, mas o seu marido era jovem e a agradava, de acordo com o teor das correspondências transcritas. Inclusive, ela manteve-se ao lado do cônjuge durante mais de 10 anos da doença dele e ficou muito abalada com a sua morte — a observação desses detalhes nos leva a imaginar uma mulher muito mais ousada do que a que se mostrava nas missivas, cujo teor era destinado a olhos alheios e, portanto, continham alguns filtros, o que não passou despercebido a Ribeiro.

Mulheres e poder no Alto Sertão da Bahia é uma obra que dá destaque a mulheres, com ênfase nas quebras de padrões de gênero estabelecidos para estas, em uma época onde o patriarcado ainda se fazia presente, além de trazer elementos sobre o sertão de Caetité e as relações sociais existentes nessa sociedade rural em contraste com o desenvolvimento urbano incipiente nas grandes cidades do Brasil.

O enfoque é inovador e o método é heterodoxo, situado na Antropologia Cultural e flertando com os Estudos Culturais e a Crítica Cultural³, o que possibilita o olhar sobre dimensões e sujeitos outrora negligenciados pela historiografia tradicional. O referido livro foi elaborado a partir da dissertação de mestrado homônima do autor. É um texto interessante para quem trabalha com mulheres do sertão e suas relações com outras pessoas e com o meio, pois fornece pistas para comportamentos autônomos e subversivos, muito além do que foi pensado/instituído para mulheres e do que costuma aparecer na história tradicional.

Ivânia Rocha (2016), em dissertação de mestrado que versa sobre leituras de donas de casa de Irecê — interior da Bahia, realizou pesquisa na qual analisa o que donas de casa leem e como realizam essas leituras, considerando outros possíveis modos de ler. A base metodológica escolhida foi a pesquisa de campo e a revisão da literatura, com abordagem qualitativa. Para tanto, aplicou questionários e realizou entrevista semiestruturada com 17 colaboradoras.

O objetivo da pesquisadora foi mostrar qual o lugar ocupado pelas sertanejas em relação ao universo letrado, bem como as contribuições deste para essas mulheres e como as mesmas acessam, apropriam-se e rasuram tais textos, considerando uma subjetividade instituída para mulheres. Ela traz essas leitoras para o centro das discussões envolvendo cultura; bem como os sertões e sertanejos na literatura e cultura, dando abertura para que estes apareçam mais (e não apenas na sua pobreza, simplicidade, singeleza), através dos seus modos de ser, de viver e de produzir, ou seja, mostra uma outra imagem do sertão e de sertanejas, para além da já configurada em um imaginário.

Como resultados, apresenta as colaboradoras e a sua localidade — traz breve informação sobre a região de Irecê, que foi o *locus* da investigação; em seguida, traça o perfil das donas de casa leitoras envolvidas nesta pesquisa; discute os motivos históricos, sociais e políticos envolvidos na manutenção da mulher como dona de casa e, por fim, enfatiza a sua visão de leitura e literatura.

Rocha também problematiza as relações entre leitura, literatura, mulheres e sertões, considerando o fato de que as colaboradoras são sertanejas e estão vinculadas tanto geográfica quanto afetivamente ao sertão, apreciando leituras voltadas a essa temática; destacando Rachel de Queiroz como uma autora que deu visibilidade aos personagens femininos, inovando na abordagem destinada às mulheres sertanejas; traz, além disso, mais leituras realizadas pelas sertanejas, explorando suas releituras, ressignificações e

³ A Antropologia Cultural está desvinculada da Sociologia e se preocupa menos com as Instituições e mais com os indivíduos com suas particularidades. Nesta, o conceito de cultura é mais abrangente e plural; os Estudos Culturais dão ênfase à complexidade dos fatos culturais e contestam a naturalização de categorias cristalizadas como gênero, raça e classe, além de enfatizar a produção contextual, plural, multidisciplinar, multidimensional e contingente do conhecimento cultural; a Crítica Cultural busca compreender a vida social e seu funcionamento a fim de explorar o potencial cognitivo de produções simbólicas, com o intuito de conhecer para intervir na realidade.

rasuras desses textos. Ainda, focaliza as trocas efetuadas entre mulheres e obras literárias, com ênfase na possível reconstrução de subjetividades dessas sertanejas de Irecê através de suas leituras.

Há também a exploração da relação entre leitura e imaginação, observando o sonho como uma potência de mudança da realidade e, a partir daí, é possível apontar mudanças ocorridas com as colaboradoras, que podem ter sofrido influência de suas leituras. Rocha reitera a importância das obras literárias na vida dessas mulheres, ressaltando o poder transformador da leitura, bem como a potência subjetiva destas mulheres, que não se deixam ficar restritas a um universo de impossibilidades; pelo contrário, leem muito (textos e autores diversificados), criam táticas de leitura, de trocas de livros, alterando uma história muitas vezes já traçada — cristalizada para elas e para o sertão.

Uma outra história de sertanejas também é contada no livro de estreia de Adriana Negreiros (2018) — *Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço*, que oferece um outro olhar sobre a participação das mulheres no cangaço — a escritora defende a voz das cangaceiras, emprestando importância às palavras destas. A autora é jornalista. Talvez por conta da formação, diferentemente de alguns historiadores, a sua escrita é leve, fluida e flerta com a literatura.

A obra traz retalhos de história de cangaceiros, tendo como pano de fundo o cangaço, o bando de Lampião e o Nordeste, com maior foco nos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, embora o cangaço tenha se estendido a outros estados da região. A cangaceira que teve a vida mais esmiuçada foi Maria Gomes de Oliveira, vulgo Maria de Déa — mulher de Virgulino Ferreira, vulgo Lampião — que ficou conhecida para a posteridade como Maria Bonita.

Maria Bonita que, segundo a autora, transgrediu os costumes da época, abandonando o marido para se juntar ao bando de Lampião, passando a conviver maritalmente com o Rei do Cangaço.

Há inúmeras obras que tratam do assunto: grande parte do que a autora traz não é novidade — a data de nascimento de Maria de Déa e a sua morte, a vida difícil e sofrida do cangaço, a violência tanto dos fora-da-lei quanto da polícia, o envolvimento dos coronéis, políticos, policiais e outras pessoas, influentes ou não, com o cangaço e seus negócios.

A relevância da obra de Negreiros está justamente no enfoque, o qual procura destacar a situação de mulheres no contexto do cangaço. Há, claramente, uma denúncia dos abusos, mandos e desmandos sobre a vida e os corpos daquelas mulheres que, muitas delas, eram respeitadas e levadas para o cangaço contra a própria vontade e, não raro, ainda meninas, como foi o caso de Dadá, mulher do Cabra Corisco.

Maria Bonita foi para o cangaço de livre e espontânea vontade, aparentemente. Embora as condições de vida do sertão e um casamento ruim podem depor a seu favor. Considerada de temperamento forte, decidida, galhofeira e extrovertida, Maria de Déa ou Maria do Capitão, como era conhecida no bando, é uma figura paradoxal e complexa. Em muitos aspectos, era uma mulher à frente

de seu tempo – tendo a coragem de abandonar o marido e seguir seu coração, na década de 1920, início do século XX, em tempo em que tal postura era inadmissível para uma mulher.

Negreiros pinta uma personagem vaidosa e manhosa, embora sobre esta última faceta, fica difícil visualizar uma mulher em meio à caatinga, junto com cangaceiros, em péssimas condições de vida e correndo risco de morte o tempo inteiro e ainda fazer manha. Ademais, ao mesmo tempo em que intercede por algumas vidas que seriam tiradas, às vezes por motivos fúteis, junto a Lampião, Maria Bonita aparentemente não se importa que alguns companheiros sejam assassinados. Esse comportamento pode ser observado nas falas de Dadá, que sobreviveu para contar a sua história e cuja postura pode ser justificada pelo contexto machista e de cunho patriarcal no qual nasceu e foi criada.

As mulheres no contexto do cangaço sofriam de todos os lados — estupros, raptos, violência física e simbólica, assassinatos — tanto por parte de jagunços quanto de membros da volante, a polícia do sertão. Antes disso, tinham que aguentar a seca, a fome, uma vida regrada e árida, ao sabor do clima sertanejo. De acordo com Negreiros (2018), há relatos que dão conta dos requintes de crueldade empregados de ambos os lados da revolução cangaceira.

A narrativa da jornalista é leve, apesar de trazer fatos de intensa violência, de crueldades, sofrimentos, tristezas, mágoas e ódio, tudo isso permeado por sucessivas vinganças, traições, medo, coragem, aventura, cobiça, inveja, orgulho e vaidade.

Do ponto de vista temático, a paulistana se aproxima de autores como Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, já que estes escritores também voltaram seus olhares para o interior do Brasil, especificamente o primeiro e o último. No tocante à abordagem de questões referentes especificamente a mulheres, segue a esteira de Mary del Priore, Margareth Rago, Marcos Ribeiro e Ivânia Rocha, autores cujas obras trazem histórias de mulheres, enfatizando vidas e aspectos que foram apagados da historiografia tradicional.

A forma de apresentação do assunto também é algo inovador: Adriana Negreiros nomeia cada capítulo da obra com versos retirados de diferentes cordéis e enfeita a narrativa com palavras e expressões do linguajar sertanejo, assim como se apropria também de ditos e crendices populares, os quais amenizam o teor do assunto abordado no livro, além de conferir certo grau de humanidade aos jagunços.

As fontes empregadas pela autora foram diversas, no decorrer de 2 anos de pesquisa: a autora empregou notícias de jornais e outros periódicos da época do cangaço, bem como matérias de revistas, filmes, outras obras sobre o cangaço; entrevistou pesquisadores e testemunhas do evento. Além disso, a escritora visitou vários locais onde os cangaceiros estiveram, inclusive o local da chacina, na qual Lampião e Maria de Déa foram mortos e decapitados.

Percebe-se, claramente, que a linguagem de Negreiros está mais próxima da ficção do que da história, o que não retira a importância de sua obra, já que o recado principal foi dado: no cangaço

existiram mulheres que lutaram por suas vidas e de seus companheiros, mulheres que engravidaram, pariram e tiveram que entregar seus filhos para adoção, quando estes não morriam em seguida ao parto. Houve mulheres raptadas, estupradas, agredidas e mortas.

A violência não era praticada somente pelos cangaceiros. A polícia era tanto quanto ou até mais violenta que os jagunços. Por outro lado, os cangaceiros eram pessoas que se divertiam, que realizavam tarefas domésticas, cuidavam de suas mulheres, amavam e rezavam também, apesar da extrema crueldade com que estupravam, sangravam, matavam e queimavam seus opositores, inimigos e delatores, isso quando os crimes não eram gratuitos.

Nesse cenário de violências, banhado em sangue, suor e lágrimas é que nasce e se cria Maria de Déa que, após sua passagem pelo cangaço, ao lado de Lampião, morre junto com este e dá espaço para o nascimento de Maria Bonita, o mito — figura controversa que é narrada nas histórias e nas cantigas de cordel, cujas aventuras são repassadas oralmente pelos sertões nordestinos, onde sertanejos ora a veem como heroína, ora como vilã.

Além das produções mencionadas, há muitas outras que surgiram nos últimos anos e que procuram dar conta de realidades diversas e multifacetadas de mulheres dos sertões, Brasil adentro. Esses estudos possibilitam, por um lado, a apresentação de modos de vida de personagens, outrora marginais; por outro lado, a história mostra-se fragmentada, não abarcando a totalidade de sertanejas, nem de mulheres em geral. Apesar disso, essas narrativas são possibilidades materializadas em novas formas de se fazer história, trazendo a vida privada também para o centro dos debates e legando importância a novos sujeitos que estão a construir a história cotidianamente.

4 ENCERRANDO A CAMINHADA: ROTAS ENTRECruzADAS E NOVAS POSSIBILIDADES DE TRAJETO

Nesse percurso historiográfico, é possível perceber como as mulheres, outrora invisibilizadas e negligenciadas pelos historiadores tradicionais, vêm ganhando espaço nas narrativas atuais, tanto mulheres quanto homens com posturas renovadoras e até feministas, que acreditam e agem no sentido da promoção da igualdade de gênero (por que não?). O sertão e as sertanejas também encontram terreno fértil nesse novo panorama: pesquisas de pós-graduação e escritos oriundos de várias fontes trazem, em seu bojo, diferentes versões de mulheres do sertão de várias partes do Nordeste brasileiro.

As narrativas em torno de sertanejas são, cada vez mais, voltadas ao seu protagonismo e às variadas formas de resistência empregadas por elas para vencer séculos de machismo, repressão, misoginia e preconceitos arraigados por herança do patriarcalismo, como exemplificam os autores da década de 1930 — Holanda, Freyre e Prado Júnior.

As novas produções tentam dar conta de parcelas de sertanejas em suas vidas cotidianas — procurando enfatizar a importância da história da vida privada e como estas ações são importantes para a construção da história coletiva, uma vez que dão conta de aspectos até então negligenciados pela historiografia tradicional, como demonstrado nos estudos de Ribeiro, Negreiros e Rocha.

Essas produções influenciadas pelos Estudos Culturais são recentes. Como foi visto, a própria história das mulheres no Brasil começou a ser contada a partir da década de 1970 e sua difusão ocorreu ainda mais tarde. Inicialmente, quando as mulheres apareciam em abordagens historiográficas, era com sentido pejorativo e de modo superficial ou então eram vistas como vítimas incapazes, sujeitas a todo tipo de violência e imposições do macho dominante.

Agora as histórias são outras. Dão conta de uma variedade de mulheres, de feminismos e de sertanejas, desde as de classe alta que estão em situação de ordenar, passando pelas cangaceiras, na difícil vida do cangaço e indo até as donas de casa leitoras dos rincões do sertão da Bahia, que reinventam suas vidas e histórias através de suas leituras literárias e que criam mundos possíveis para suportar as agruras de um cotidiano que ainda é difícil, marcadas por um gênero que ainda não alcançou o patamar de igualdade com o masculino, tão almejado.

Assim, a historiografia se despe de antigos preconceitos e estereótipos e se veste de concepções renovadoras sobre as mulheres, em especial as sertanejas, que ficavam às margens da margem e que agora estão no centro dos debates, assinalando um lugar de direito, que outrora lhes fora negado. Ainda há muito chão pela frente, mas as rotas, passagens e caminhos são variados e possíveis, e a caminhada está em curso constante e transformador.

REFERÊNCIAS

DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. Textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apres. Fernando Henrique Cardoso. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Lílian Martins de. Os ingleses e a história do Brasil (1809-1821). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n. 2, jul./dez., 2014.

MALERBA, Jurandir. Notas à Margem: A crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. *Textos de História*. V. 10, n. 1/2, 2002.

NEGREIROS, Adriana. *Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999.
- RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. Col. Feminismos Plurais.
- RIBEIRO. Marcos Profeta. *Mulheres e poder no Alto Sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 A 1927)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- ROCHA, Ivânia Nunes Machado Rocha. *Páginas do sertão: leitura e imaginação no universo de sertanejas*. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural). Departamento de Educação – Campus II, Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Alagoinhas, p. 166, 2016. Disponível em: http://www.poscritica.uneb.br/wp-content/uploads/2017/06/TEXT0_FINAL_DISSERTA%C3%87%C3%83O_IV%C3%82NIA.doc – Acesso em: 4 dez. 2018.
- SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. *POLITEIA: Hist. E Soc.*, Vitória da Conquista, vol. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

Title

Invisible woman: absence of backcountry women in traditional Brazilian historiography.

Abstract

This text deals with women's absence or lack of notoriety in traditional Brazilian historiography. On the other hand, it brings discussions about some important insertions of women in the new historiography, from the seventies forward. There is also an exhibition of backcountry women's absence between productions of classic historians and, at the same time, a presentation of recent research on various parts of Northeast backcountry women, seeking to contemplate characters once invisible and neglected by traditional Brazilian history. We sustained our theoretical discussion in reviews of historiography critics, history, women's history and cultural studies. The script's presentation format is an itinerary, that begins with the topic's presentation and continues in a non-linear way, going back a fourth in the academic's literary estate, comparing them and presenting reflections surrounding their production so that, following through, it can dive in author's productions that bring backcountry women as the protagonists of their researches, reaffirming the importance of documenting other characters, other stories. The intention is denouncing Brazilian's national historiography and, simultaneously, to offer possibilities to tell new stories, from other points of view, like that of backcountry women. Therefore, we made bibliographic research, turned for the presence/absence of women and backcountry women in Brazilian historiography author's pages. Finally, the importance of bespeak and value new looks on historiography is reinforced, in a way that favors characters' diversity.

Keywords

Women; Historiography; Backcountry women.

Recebido em: 01/06/2020.

Aceito em: 13/10/2020.